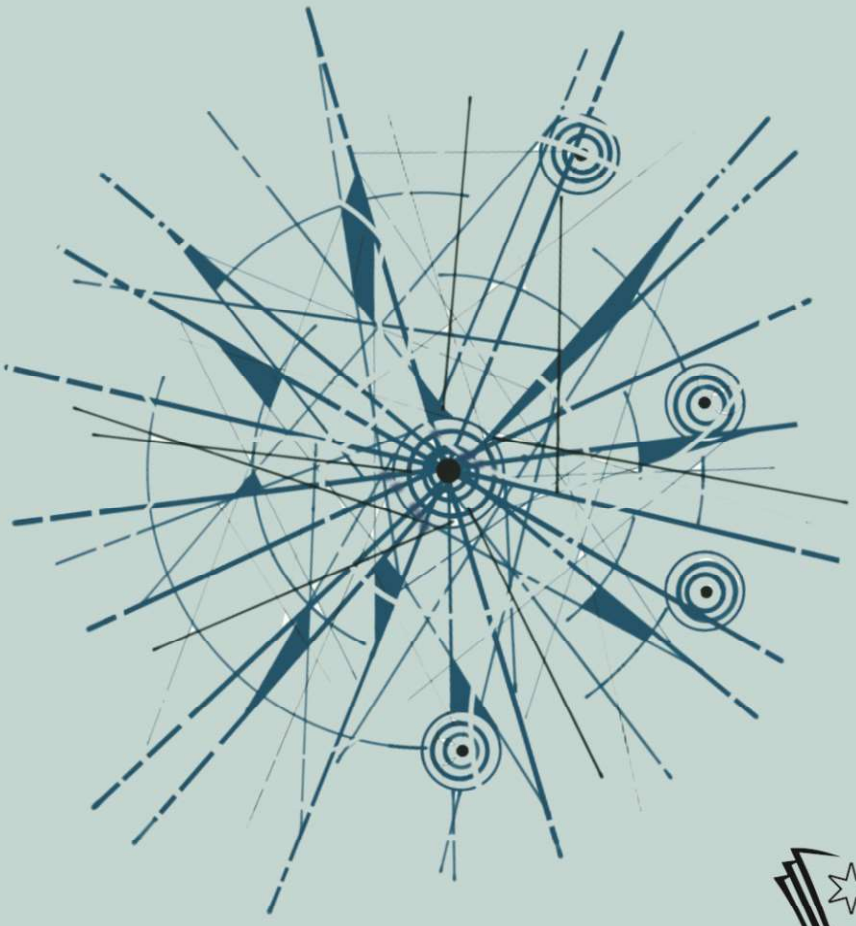
Turismo & História

Perspectivas sobre o Patrimônio da Humanidade no Espaço Ibero-Americano

ORGANIZADORES
Cláudia Helena Henriques
Pedro de Alcântara Bittencourt César
Vania Beatriz Merlotti Herédia
Maria Cristina Moreira



EDUCS
ENSINO

Turismo e História – Perspectivas sobre o Patrimônio da Humanidade no Espaço Ibero-Americano

Organizadores

Cláudia Helena Henriques

Doutora em Economia – especialidade de Planeamento e Política Económica (Universidade do Algarve), Mestre e Licenciada em Economia (Universidade Técnica de Lisboa). Docente na Universidade do Algarve (ESGHT/UALG) e investigadora integrada no CinTurs – Research Centre for Tourism, Sustainability and Well-being. Principais áreas de investigação: Economia do turismo, Economia da Cultura, Planeamento e Gestão Turísticos. Possui vários estudos em publicações internacionais e nacionais, bem como projetos de investigação concluídos e em curso.

Pedro de Alcântara Bittencourt César

Arquiteto e urbanista com mestrado em Turismo e Doutorado em Geografia pela Universidade de São Paulo. Docente do Programa de Mestrado e Doutorado em Turismo e Hospitalidade e da Área de Conhecimento em Artes e Arquitetura na Universidade de Caxias do Sul. Docente Adjunto III com Bolsa Produtividade CNPq e coordenador do Grupo de Estudos Urbanos CNPq-UCS e Líder do Núcleo em Pesquisa em Cultura, Artes e Patrimônio (UCS).

Vania Beatriz Merlotti Herédia

Doutora em História pela Universidade de Gênova e Pós-doutora em História Econômica pela Universidade de Padova (2002) e em Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2013). Professora Titular do Programa de Mestrado e Doutorado em Turismo e Hospitalidade e do Programa de Pós-Graduação em História. Membro da Associazione Italiana per il patrimonio archeologico industriale (AIPAI) e correspondente dell'Accademia Olimpica di Vicenza na classe di Diritto, Economia e Amministrazione.

Maria Cristina Moreira

Doutora em Economia, docente no Departamento de Economia da Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho e investigadora integrada do CICS Nova – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, Pólo UMinho. Principais áreas de investigação: História Económica, Economia do Turismo e Economia Social. Na área da Economia do Turismo tem vários estudos em publicações internacionais e nacionais, bem como projetos de investigação concluídos e em curso.

EDUCS ENSINO

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL

Presidente:
José Quadros dos Santos

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL

Reitor:
Evaldo Antonio Kuiava

Vice-Reitor:
Odacir Deonisio Graciolli

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação:
Juliano Rodrigues Gimenez

Pró-Reitora Acadêmica:
Nilda Stecanela

Diretor Administrativo-Financeiro:
Candido Luis Teles da Roza

Chefe de Gabinete:
Gelson Leonardo Rech

Coordenadora da Educs:
Simone Côrte Real Barbieri

CONSELHO EDITORIAL DA EDUCS

Adir Ubaldo Rech (UCS)
Asdrubal Falavigna (UCS) – presidente
Cleide Calgaro (UCS)
Gelson Leonardo Rech (UCS)
Jayme Paviani (UCS)
Juliano Rodrigues Gimenez (UCS)
Nilda Stecanela (UCS)
Simone Côrte Real Barbieri (UCS)
Terciane Ângela Luchese (UCS)
Vania Elisabete Schneider (UCS)

Coedição:
Universidade do Algarve
Universidade do Minho
Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo (ESGHT) - UALG
Centro de Investigação em Turismo, Sustentabilidade e Bem-estar (CinTurs)
Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA)

© dos organizadores

Capa: Imagem estilizada de um Esquema de caminhos de um portulano (mapas manuscritos em pergaminho que assentavam em retas direcionais (linhas de rumo) a partir de uma rosa-dos-ventos principal, que se entrecruzavam com outras linhas que partiam de rosas acessórias, dispostas ao redor da primeira)

Revisão: Izabete Polidoro Lima
Formatação e paginação: Marlene Fernandes e Diva T. G. Duque
Capa: Laura Henriques

Os capítulos incluídos neste livro foram submetidos a uma revisão por pares.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade de Caxias do Sul
UCS – BICE – Processamento Técnico

T938 Turismo & história [recurso eletrônico]: perspectivas sobre o patrimônio da humanidade no espaço ibero-americano / org. Cláudia Helena Henriques ... [*et al*.]. – Caxias do Sul, RS: Educs, 2020.
Dados eletrônicos (1 arquivo)

ISBN 978-65-5108-012-8
Apresenta bibliografia.
Modo de acesso: World Wide Web.

1. Turismo. 2. História. 3. Patrimônio cultural. I. Henriques, Cláudia Helena.

CDU 2. ed.: 338.48

Índice para o catálogo sistemático:

1. Turismo	338.48
2. História	94
3. Patrimônio cultural	719

Catalogação na fonte elaborada pela bibliotecária
Paula Fernanda Fedatto Leal – CRB 10/2291

Direitos reservados à:

EDUCS – Editora da Universidade de Caxias do Sul
Rua Francisco Getúlio Vargas, 1130 – Bairro Petrópolis – CEP 95070-560 – Caxias do Sul – RS – Brasil
Ou: Caixa Postal 1352 – CEP 95020-972– Caxias do Sul – RS – Brasil
Telefone/Telefax: (54) 3218 2100 – Ramais: 2197 e 2281 – DDR (54) 3218 2197
Home Page: www.ucs.br – *E-mail:* educs@ucs.br

Nota dos editores:
A Editora não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta publicação. A responsabilidade é dos autores.

Sumário

Prefácio **7**
Professor Doutor João Albino Silva

PATRIMÓNIO CULTURAL – CIDADES, CENTROS HISTÓRICOS E MONUMENTOS
Cidades e centros históricos

1 **Centro histórico do Porto – novas formas de hospedagem: o caso da AIRBNB** **10**
Manuela Bandeira de Melo Vidal, Maria Cristina Moreira, José Manuel Lopes Cordeiro

2 **Centro Histórico do Porto Património Mundial da UNESCO: a importância da manutenção identitária e o seu controlo pela Administração Pública** **22**
Carlos Rodrigues, Ana Campina

3 **O liberalismo entre dois lados do Atlântico 1820-1834** **49**
Sérgio Veludo Coelho, Carla Sofia Queirós

4 **Coimbra é uma paisagem pintada: o escritor como "artista oculista" do património** **75**
Maria Mota Almeida

5 **O turismo na cidade de Coimbra após a inscrição do Bem Universidade de Coimbra – Alta e Sofia na lista do Património Mundial UNESCO** **107**
Claudete Oliveira Moreira, Norberto Santos, Luís Silveira

6 **Brasília, cidade *design*: promovendo o turismo criativo** **134**
Juliana Viégas P.V. dos Santos, Erika O. Lima, Ericka M. Matos

7 **Patrimônio cultural e desenvolvimento turístico: a evolução do turismo em Diamantina/MG/Brasil, após o título de Patrimônio Cultural da Humanidade** **147**
Evandro Moreira, Elcione Luciana Silva

8 **Turismo e patrimônio cultural: interpretação do patrimônio na cidade de Diamantina/Minas Gerais, Patrimônio da Humanidade** **173**
Luciana Aparecida Felicidade, Elcione Luciana Silva

9 **Ouro Preto – patrimônio e turismo** **199**
Benedito Tadeu de Oliveira

10 **Patrimônio e turismo no caminho do ouro em Paraty (Rio de Janeiro, Brasil)** **213**
Fábia Trentin, Erly Maria de Carvalho e Silva, André Marcos da Cruz, Valeria Lima Guimarães

11 Planejamento e gestão do turismo em Patrimônio Cultural da Humanidade: uma análise sobre São Cristóvão/SE, Brasil..... 237
Cristiane Alcântara de Jesus Santos, Antonio Carlos Campos, Larissa Prado Rodrigues

12 O significado para a cidade do reconhecimento da tradição doceira e do conjunto histórico de Pelotas/RS como patrimônio nacional pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)..... 261
Dalila Rosa Hallal, Dalila Müller

13 Ruína e Patrimônio Mundial no Brasil: identificação, gestão e conservação de bens culturais em estado de arruinamento, a partir de estudos de casos 283
Angela Rosch Rodrigues

14 Gestión territorial y turismo en las Ciudades Patrimonio Mundial: el caso del Centro Histórico de Morelia (México)..... 307
Carlos Alberto Hiriart Pardo

15 Uma abordagem metodológica para a análise comparativa de comentários de viagens *online* de duas cidades património mundial da UNESCO – Coimbra (Portugal) e Salamanca (Espanha)..... 335
Filipa Perdigão Ribeiro, Nuno António, Marisol B. Correia

16 La protección fiscal del patrimonio histórico en España y Portugal 363
Maria del Carmen Pastor, Mª de Lurdes Varela

17 Turismo e património mundial Rio de Janeiro-Lisboa: regularidades urbanas num império comercial..... 387
Virgílio M. Machado, Cláudia Helena Henriques

18 O património cultural: qual o seu significado e importância para os jovens do século XX 414
Mara Vanessa Barros, António Joaquim Azevedo

19 Las declaratorias de sitios patrimoniales y su impacto en el turismo: el caso de América Latina y Caribe 434
Viviane S. Leonardi, Silvina Renee Elias

Monumentos

20 Cister em Alcobaça: marca territorial 457
Alberto Guerreiro, António Maduro, Eduardo Gonçalves

21 O recurso e o uso turístico do património cultural mundial: o caso do Convento de Cristo de Tomar 469
Eunice R. Lopes, Amélia Casanova

11
Planejamento e gestão do turismo em Patrimônio Cultural da Humanidade: uma análise sobre São Cristóvão/SE, Brasil

Cristiane Alcântara de Jesus Santos[*]
Antonio Carlos Campos[**]
Larissa Prado Rodrigues[***]

Resumo: Nas últimas décadas, alguns destinos turísticos têm aplicado instrumentos de planejamento e gestão que nem sempre apontam para um novo cenário que vise o desenvolvimento do turismo nos âmbitos socioeconômico, cultural e ambiental, conforme as discussões orientadas pela Organização Mundial do Turismo. Assim, torna-se importante discutir a relação entre a tríade cidade-cultura-turismo, a partir da lógica do planejamento e gestão da atividade turística. Neste contexto, esta pesquisa objetiva analisar o turismo da cidade de São Cristóvão (Sergipe, Brasil), levando-se em consideração os enfoques de planejamento e gestão do turismo. Esta cidade apresenta um conjunto arquitetônico construído pela Ordem Franciscana e irmandades da Colônia Portuguesa situado na Praça São Francisco que, em 2010, recebeu o título de Patrimônio Cultural da Humanidade (UNESCO). Como procedimentos metodológicos foram utilizados levantamento bibliográfico, trabalho de campo e a pesquisa documental que permitiu a análise de documentos normativos do turismo de Sergipe. Com isso, observamos as fragilidades no planejamento e na gestão do turismo de São Cristóvão, devido à inexistência de planos que norteiem a prática turística. De fato, com o planejamento responsável e integrado, pode-se promover transformações e intervenções espaciais fundamentais que possibilitarão a conservação e preservação do conjunto monumental fortalecendo o produto turístico local.
Palavras-chave: Planejamento turístico. Gestão. Patrimonialização. Uso turístico. Cidades históricas.

Abstract: In the last decades, some tourist destinations have applied planning and management tools which do not always point to a new scenario aimed at the development of tourism in the socio-economic, cultural and environmental spheres, in accordance with the discussions World Tourism Organization. Thus, it becomes important to discuss the relationship between the city – culture – tourism from the logic of planning and management of tourism. In this context, this study aims to analyze tourism in the city of São Cristóvão (Sergipe, Brazil), taking planning and management of tourism. This city presents a built by the Franciscan Order and brotherhoods of the Portuguese Colony located in the São Francisco Square that in 2010 received the title of Cultural Patrimony of the Humanity (UNESCO). As methodological procedures were used bibliographic survey, fieldwork and documentary research that allowed the analysis of normative documents of the tourism in Sergipe. With this, we note the weaknesses in the planning and management of São Cristóvão due to the inexistence of plans that guide to the tourist practice. In fact, with the responsible and integrated planning can promote spatial transformations and interventions conservation and preservation of the monumental the local tourist product.
Keywords: Tourism planning. Management. Patrimonialization. Tourist use. Historical cities.

[*] Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão – Sergipe, Brasil. *E-mail:* cristie09@uol.com.br
[**] Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão – Sergipe, Brasil. *E-mail:* antonio68@gmail.com
[***] Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão – Sergipe, Brasil. *E-mail:* larissa4912@hotmail.com

1 Introdução

Atualmente, abordar o turismo em cidades históricas nos remete a uma temática extremamente complexa, pois se tratam de espaços cada vez mais reivindicados como símbolos culturais e patrimoniais que guardam as funções espaciais, sociais e históricas da sociedade que o habita, fato que, em muitos casos, entra em conflito com a dinâmica do consumo, através da inserção da atividade turística. No entanto, apesar das cidades históricas serem reconhecidas como os destinos turísticos mais antigos do mundo, o choque entre as velhas e as novas funções, onde se inclui a função turística, geram impactos profundos entre a comunidade permanente e os visitantes, em que se exige uma renovação contínua dos componentes de planejamento e gestão frente aos novos cenários, que se desenham com o desenvolvimento da sociedade.

Neste sentido, cabe ressaltar que as contribuições pautadas nos pressupostos técnico-científicos e metodológicos devem compreender o viés da inovação e da integração entre atividades que, no plano cotidiano, se complementam, a fim de dinamizar a percepção das práticas turísticas em determinados destinos. Ademais, se torna urgente a necessidade dos gestores locais em romper com modelos tradicionais de planejamento, que visam a, exclusivamente, absorver novos fluxos turísticos, sem considerar o ordenamento do território. A visão de planejamento integrador e baseada na capacidade local de gerar inovações, seja a partir da requalificação, seja mesmo a flexibilização do uso dos espaços históricos, deve estar contemplado no plano geral de ordenamento territorial ao qual pertence.

Santos (2017) ressalta que um dos principais obstáculos no processo de planejamento e gestão do turismo, sobretudo, em países em vias de desenvolvimento, como é o caso do Brasil, é a falta de complementariedade de serviços que são essenciais à prática turística, ou seja, o destino é entendido como parte primordial pela gestão, mas os serviços e equipamentos e infraestruturas urbanas, que são inerentes ao turismo, não são inseridos no cerne do processo de planejamento.

Assim, torna-se de fundamental importância rediscutir os modelos de planejamento e principalmente a gestão do turismo em cidades históricas, uma vez que estes espaços estão cada vez mais voltados a ampliar sua capacidade atrativa para a prática turística. Com o fenômeno do turismo de massa que despontou no século XX, este segmento do turismo tem se convertido em alternativa enquanto produto complementar direcionado a um mercado específico de consumidores que apresentam hábitos e costumes distintos, quando comparados ao perfil do turista que consome os produtos do segmento de sol e praia. Fortuna (2009, p. 48) afirma que nesse momento se destaca um segmento de turismo "que se desenrola em contextos urbanos, particularmente os que registram uma forte incidência de factores

arquitectónicos, histórico-arqueológicos e monumentais". Dentro dessa mesma discussão e corroborando as ideias de MacCannell (1976, *apud* SANTOS, 2014a), o turismo de massa apresenta sinais de insuficiência da oferta, porque já não atende as expectativas de um perfil de turista mais eclético, em que a satisfação é atingida através de práticas genuínas e experiências autênticas.

Esse cenário que vem se acentuando no século XXI, em que o turista está buscando experiências culturais que permitam descobrir e conhecer a cultura do outro, também tem gerado problemas, sobretudo, no que diz respeito à saturação e à preservação do patrimônio edificado, como são os casos da cidade de Ouro Preto, localizada em Minas Gerais (Brasil), Santiago de Compostela (Espanha) e Chichen-Itza (México), resguardando as especificidades das localidades citadas, que têm buscado novas estratégias para o controle da visitação e a consequente qualificação dos destinos. Com isso, a concepção de turismo assume um novo contexto, devido à necessidade de implementar modelos de desenvolvimento que apontem para a compatibilidade de desenvolvimento econômico e a conservação dos recursos naturais e culturais, buscando a equidade e a justiça social.

Partindo desse pressuposto, este estudo tem como objetivo analisar o turismo da cidade de São Cristóvão, Sergipe, Brasil, levando-se em consideração os enfoques de planejamento e gestão do turismo. A escolha do caso sergipano e brasileiro se deve a algumas peculiaridades inerentes a esta cidade, dentre elas destacamos:

a) a dimensão do patrimônio histórico – cultural, configurando-se como o mais importante do estado;
b) a proximidade com a capital do estado, a cidade de Aracaju, portão de entrada de turistas nacionais e internacionais;
c) a carência generalizada de conhecimentos acerca de planejamento e gestão turística; e,
d) a existência de um conjunto patrimonial reconhecido como Patrimônio da Humanidade.

Esta cidade apresenta um conjunto arquitetônico construído pela Ordem Franciscana e irmandades da Colônia Portuguesa situado na Praça São Francisco que, em 2010, recebeu o título de Patrimônio Cultural da Humanidade (UNESCO). Por se tratar de um patrimônio da humanidade relativamente recente, torna-se de fundamental importância analisar o seu (não) uso turístico, pois, conforme aponta Troitiño (2008), o uso turístico do patrimônio cultural é bastante desafiador, uma vez que engloba aspectos culturais, econômicos, sociais, ambientais e funcionais, o que requer distintas vertentes de planejamento, tanto no âmbito da interpretação do patrimônio como também da gestão.

Para atingir os objetivos propostos, foram adotados alguns procedimentos metodológicos que se iniciaram com o levantamento bibliográfico, a fim de buscar as pesquisas que são de interesse ao tema abordado já produzidas e publicadas em livros, artigos de periódicos, dissertações, teses (SEVERINO, 2002). Em um segundo momento, realizou-se a pesquisa documental que consiste na consulta a documentos para coletar informações úteis para análise do problema proposto (MICHEL, 2009). Assim, foram identificados alguns documentos que subsidiaram as análises presentes neste artigo, a dizer: leis municipais (Leis n. 353, de 10 de setembro de 2018 e n. 371, de 30 de novembro de 2018), Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, o Plano de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentável do Polo Costa dos Coqueirais (Sergipe) e os documentos de base para a candidatura da UNESCO acerca do título de Patrimônio da Humanidade da Praça São Francisco. Estes documentos foram fundamentais para a compreensão dos processos de planejamento e gestão do turismo municipal. Por fim, foi realizado o trabalho de campo que foi subdividido em duas fases distintas: a primeira foi constituída pela técnica de observação, na qual os pesquisadores vivenciaram os espaços do centro histórico da cidade, dialogaram informalmente com residentes e turistas e realizaram registros fotográficos; e, na segunda fase, foram realizadas entrevistas com gestores municipais. Tais procedimentos foram relevantes para as análises e considerações realizadas neste estudo.

2 O patrimônio cultural no contexto mundial e nacional: desafios e perspectivas no século XXI

A globalização econômica e política conjugada à mundialização cultural inaugurou um cenário de emergência de paradigmas e desafios para e nas relações e intersecções entre cultura, indivíduo e sociedade (ORTIZ, 1994). Neste ínterim, o patrimônio, enquanto um conjunto de bens materiais e não materiais nas suas dimensões e expressões política, econômica, simbólica, social e científica concatenadas diretamente ao campo cultural, não esteve isento dos mais variados impactos diante da conjuntura ascendida (DIAS, 2006).

Neste contexto, o universo simbólico adentra em novas esferas, ao ser situado nos processos de ligação cultural em nível mundial, momento em que se destaca também a problemática de homogeneização *versus* heterogeneização cultural e a dialética do global e local (glocal), podendo estar associado ainda à massificação danosa proposta pela indústria cultural, bem como aos processos de *gentrification,* fruto da mesma lógica.

Tamanhas relações inauguradas ganham notoriedade em se tratando especialmente do patrimônio cultural edificado, uma vez que engendram ressignificações, a partir da relocalização da cultura e da (re) produção de lugares que tende a culminar na mercantilização deste com a exacerbação do seu valor de troca, da transfiguração do uso em mero consumo e, portanto, reduzindo o valor e significação cultural frente à hegemonização do valor econômico (LEITE, 2005). Por outro lado, é notória a existência, embora por diversas vezes em situação de desequilíbrio, da interdependência subsistente estabelecida entre valor cultural e valor mercantil, constituindo, portanto, face dupla aos bens culturais: de mercadoria e significações (BOURDIEU, 2007).

A perspectiva do planejamento, da gestão do patrimônio e da atividade turística instalada em núcleos urbanos, a partir da valorização simbólica dos bens culturais, a fim de convertê-los em oferta turística, deve auferir protagonismo, uma vez que são indispensáveis e imprescindíveis para estabelecer equilíbrio entre o universo simbólico e mercantil, que se apropria do primeiro. Logo tem-se em vista, sob essa perspectiva, dirimir a sobreposição do consumo – que pode ser acentuada pela inserção das práticas turísticas e a consequente turistificação dos bens patrimoniais –, ante a natureza e o viés cultural, funcional e de significações concernentes aos bens em suas respectivas localidades.

Desta forma, almeja-se utopicamente – visto que esta não tem sido ainda a tônica hegemônica da prática – que o turismo possa contribuir enquanto estratégia de desenvolvimento social, a partir da transformação do patrimônio em recurso e, simultaneamente, se constituir em um meio para a diversificação das práticas culturais, turísticas ou autóctones.

Além disso, a partir das oportunidades econômicas geradas pela atividade, a mesma pode ser convertida em via de conscientização mediante reconhecimento para a população local, governos e agentes privados quanto à importância de gerir o patrimônio balizado pela perspectiva da preservação mediante constantes revitalizações e manutenção dos bens edificados, coligados e sem perder de vista as singularidades multifuncionais, territoriais, ambientais e simbólicas locais frente aos processos de turistificação e *gentrification*.

Os desafios que se colocam no horizonte dos planejadores e gestores são incomensuráveis e significativos. Para além dos supracitados inicialmente, no que tange à relação entre a globalização e a esfera cultural e o universo simbólico, há de se destacar ainda os impasses que se refletem isoladamente sobre os bens históricos patrimoniais e seu conjunto no interior das cidades históricas. Isso se torna mais complexo em cidades históricas que já são ou que pretendem ser convertidas em

destinos turísticos, haja vista a crescente complexidade que se instaura no âmbito do planejamento e da gestão patrimonial e turística, quanto à concatenação do turismo, ademais da consequente comercialização de bens culturais e do cenário e demandas locais anteriores ou posteriores à atividade.

A partir do início deste século, o campo cultural enfrenta os desafios impostos pelos multiculturalismos que, em síntese, podem ser referenciados como a instauração da indiferença à diferença mediante a intensa relativização cultural com interesses implícitos (BAUMAN, 2013). Neste sentido, está subjugado aos impactos produzidos (in)diretamente e contraditoriamente pela conjuntura de globalização e por estes movimentos políticos multiculturalistas que, juntos, impõem fragmentações, registrados e evidenciados no aumento e incremento de manifestações xenófobas. Em casos mais extremos, reflete-se não somente no aspecto migratório, de guerras civis e na consequente destruição e dizimação de bens e artefatos (in)tangíveis patrimoniais, mas igualmente quando da inviabilização da prática turística, fator que fixa desafios a serem superados pelos planejadores e gestores turísticos e culturais.

Ademais, a insignificância respaldada pela lógica multiculturalista projetada a determinados elementos e bens histórico-culturais, bem como as fragmentações desses bens, especialmente os de não interesse ao capital, é ratificada pelo pragmatismo excludente da patrimonialização. Neste contexto, há de se ressaltar sob a perspectiva e função social do patrimônio, os (novos) elementos (des)(res)significados arbitrariamente dentro do processo político de patrimonialização que mantêm-se ativo e contínuo mundialmente, a partir dos diversos órgãos classificatórios sob influição de variados aspectos positivos e negativos, como o turismo globalizado que emerge no novo século e que pode exercer influência dúbia sobre os monumentos culturais. Neste último caso, é fatídica a potencialidade do turismo enquanto atividade que pode engendrar efeitos negativos para o patrimônio cultural, quando da influência exercida sobre o processo de patrimonialização, a partir da imposição de paradigmas globalizados de turistificação concatenados à lógica da indústria cultural.

Esta perspectiva associada aos processos políticos de patrimonialização, turistificação, massificação e *gentrification* podem incidir diretamente sobre a interpretação social quanto à importância do patrimônio e de bens não patrimonializados, sobretudo, sob o prisma da dimensão da reprodução histórica, científica, educativa e enquanto elemento para a coesão social. Por conseguinte, procede-se à banalização de determinados monumentos (não) patrimoniais que recai indubitavelmente sobre a precarização de sua reparação e manutenção e a perda de elementos que simbolizam, igualmente aos reconhecidos, a história de povos e nações.

Por outro lado, o turismo cultural pode cumprir um importante papel positivo, quando inserido de forma adequadamente planejada para além da rentabilidade econômica, ou seja, transcendente à perspectiva de segmentação. A partir desta tipologia, busca-se enfatizar o resgate e/ou a manutenção de narrativas de fatos históricos, bem como a (re)construção e (re)valorização de identidades locais, a partir da promoção da interação entre diferentes elementos culturais contra-hegemônicos, tornando o processo de patrimonialização mais inclusivo do que exclusivo.

As expectativas em torno da prática turística se fixam no que concerne ao impulso à preservação e conservação patrimonial mediante a obtenção de receitas e alcance do desenvolvimento econômico, partindo-se do aumento da visitação e do fluxo turístico no local, subsidiado por processos adequados de planejamento e gestão turísticos do patrimônio cultural. Ademais, a prática turística pode ser uma forte aliada, nos tempos contemporâneos de forte extremismo, contra a xenofobia emergente.

De fato, o turismo cultural corresponde a uma segmentação que tem atraído e engendrado significativos fluxos turísticos ao redor do mundo, considerando a emergência de novos comportamentos entre os consumidores-turistas que anseiam aperfeiçoar e agregar valor intelectual às suas experiências turísticas, a partir do "consumo" de elementos históricos e identitários singulares.

No entanto, apesar da expansão desta prática e tipologia de turismo que tende a mobilizar fluxos turísticos aos monumentos históricos e patrimônios culturais e, portanto, conduzir ao seu enaltecimento, há na contramão ainda uma significativa problemática residente na desassistência outorgada ao setor cultural e, consequentemente, ao patrimônio, evidente no descaso com a devida manutenção e preservação destes elementos. Este fator tem engendrado inúmeros aspectos negativos para a reparação dos elementos que significam e narram a História da humanidade, de modo que muitos destes bens repletos de simbolismos têm sido impactados, em diversos casos, de forma irreversível em decorrência da negligência com a sua devida salvaguarda.

Internacionalmente, para além dos casos de guerra civil causada por conflitos étnico-culturais,[1] o patrimônio cultural tem sido afetado pela negligência da sua gestão em numerosos exemplos, como no caso de Taj Mahal, na Índia, degradado e com risco de desaparecimento; e no recente incêndio da emblemática Catedral de Notre-Dame, em Paris. Ambos os monumentos têm em comum serem atrativos turísticos capazes

[1] Para mais informações acerca da destruição dos patrimônios culturais fruto da guerra civil na Síria, bem como advindos dos diversos ataques do Estado Islâmico, consultar: https://nacoesunidas.org/imagens-de-satelite-revelam-destruicao-do-patrimonio-cultural-de-alepo-na-siria/. Acesso em: 1 abr. 2019.

de atrair fluxos significativos todos os anos, isto é, possuem suas retóricas simbólicas valorizadas pela lógica mercantil do turismo.

Esse cenário ratifica a indispensabilidade da coesão entre a operacionalização do planejamento estratégico do patrimônio mediante políticas de conservação integral e do planejamento turístico adequado, balizado por estudos de capacidade de carga e a concatenação de funções, a fim de não comprometer nenhuma de suas formas de uso, seja mediante exacerbação da apropriação turística ou contribuição para a sua ausência.

No caso brasileiro, além das inúmeras dificuldades quanto ao direcionamento de investimentos e da elaboração de políticas públicas que, verdadeiramente, sejam aplicadas para a reparação contínua de monumentos históricos, há de se destacar ainda a extinção, no ano de 2019, do Ministério da Cultura, órgão circunscrito no âmbito do governo federal. Deste modo, se constata a tendência à negligência governamental quanto à importância da cultura para o desenvolvimento nacional e, principalmente, no que concerne às questões sociais e, no que tange à perspectiva econômica.

Neste sentido, a conjuntura ascendida no Brasil há de acentuar nacionalmente um dos aspectos mais problemáticos que circunda atualmente o patrimônio cultural ligado, especificamente, ao âmbito da ausência e carência de aplicabilidade de ferramentas de planejamento e gestão adequadas, quando da elaboração e aplicação de planos que visem à manutenção dos monumentos para uso de residentes e consumo turístico. A debilidade neste setor incide diretamente na atividade turística e a sustentabilidade desta em relação ao patrimônio em longo prazo, uma vez que antes da turistificação, faz-se mister a operacionalização de dispositivos próprios de gestão patrimonial, para que haja a devida preservação e compatibilização das suas funções primeiras junto à turística.

Conforme já citamos anteriormente, esta realidade é conferida a Ouro Preto, primeira cidade histórica tombada pela qual lhe foi outorgado o título de Patrimônio Cultural da Humanidade. Diante da ausência de políticas de planejamento urbano que visassem à preservação do seu rico acervo arquitetônico patrimonializado, a cidade sofreu drásticas intervenções físico-espaciais que comprometeram significativamente a qualidade da paisagem. De acordo com Cougo (2006, p. 1), “a ocupação desordenada do entorno do centro histórico da cidade de Ouro Preto somada ao crescimento demográfico desordenado acabou por gerar um espaço crítico que desfigura a paisagem e a imagem da cidade”. Consolidada enquanto destino de turismo cultural, a localidade vê o turismo ameaçado considerando a intensa descaracterização que prenuncia a perda do seu título obtido da UNESCO, o que impactará significativamente

não somente o fluxo turístico, mas, sobretudo, a acentuação da precarização da preservação patrimonial.

Desta forma, considerando as diversas questões que circundam o patrimônio cultural na atualidade é que recaem, neste estudo, as análises para a realidade da cidade de São Cristóvão, que lhe foi outorgado o título de Patrimônio Cultural da Humanidade à Praça São Francisco no ano de 2010. No caso desta cidade, há uma distinção substancial quando em comparação aos patrimônios culturais discutidos anteriormente, posto que não existe ainda um significativo fluxo turístico na cidade e na própria Praça São Francisco, apesar da chancela obtida na UNESCO que contribui para o apelo turístico. Todavia, a cidade histórica de Ouro Preto, especificamente, tem em comum com São Cristóvão a debilidade da proposição e execução de políticas de planejamento urbano que vislumbre a salvaguarda de seus patrimônios culturais, sobretudo, aqueles reconhecidos internacionalmente, comprometendo o desenvolvimento da atividade em ambos os casos.

3 Conhecendo a cidade de São Cristóvão...

A cidade de São Cristóvão se constitui no primeiro povoamento do Estado de Sergipe, fundado por Christovão de Barros em 1590, no contexto da Dinastia Filipina em Portugal (período de aliança das Coroas portuguesa e espanhola, entre 1580 e 1640, denominado de União Ibérica).

Antes de ocupar a posição geográfica atual, São Cristóvão ocupou duas outras posições, as quais por questões estratégicas foram abandonadas (PITTA, 1730). Essas mudanças de sítio ocorreram na busca de uma posição que assegurasse melhores condições de defesa contra invasões dos conquistadores (franceses e holandeses), muito comuns à época de sua instalação no final do século XVI e início do século XVII (GALVÃO JUNIOR, 2007). Segundo a tradição do Medievo Europeu, o colonizador português buscou implantar a povoação que se consolidou em definitivo encravado nas áreas de morros e colinas em formato de acrópole próximo a desembocadura do rio Paramopama, principal rio que cruza a cidade e afluente do rio Vaza Barris, que constitui uma das principais baciais hidrográficas do Estado de Sergipe.

A partir de sua estruturação como cidade e sede provincial, no ano de 1607, sua morfologia urbana foi dividida em duas partes: a cidade alta, onde foram estabelecidos os poderes civil e religioso, enquanto a cidade baixa abrigava o porto, o comércio e a população de baixa renda.

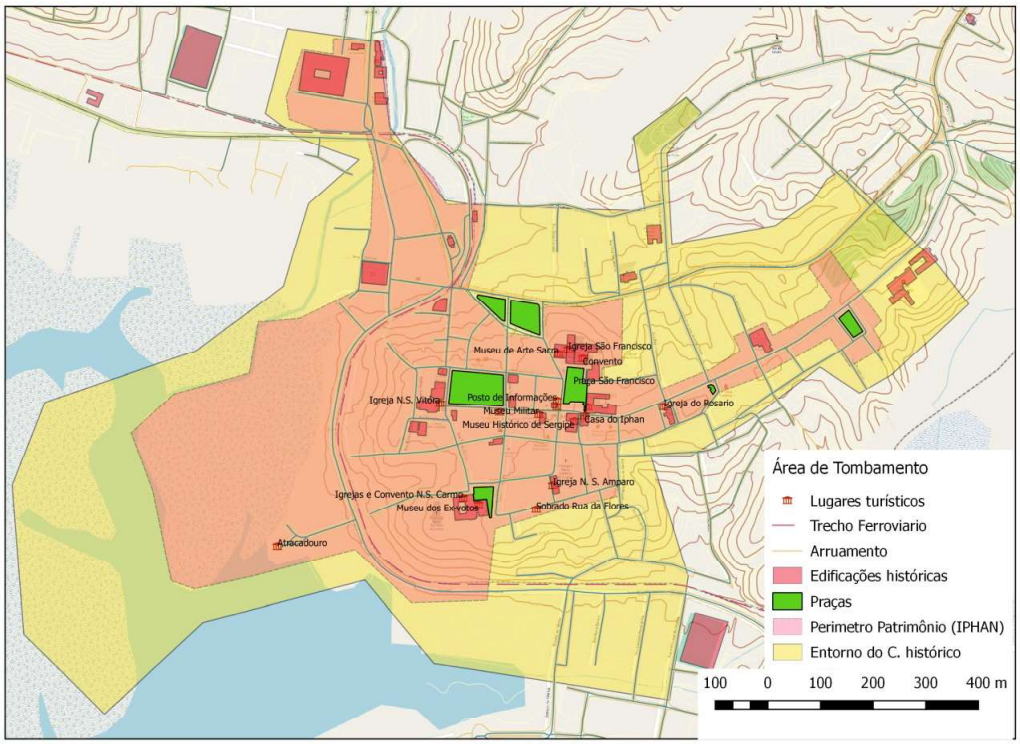
No primeiro quartel do século XVII, além da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Vitória, São Cristóvão já contava com a presença de importantes ordens religiosas, como as Jesuíticas, Beneditinas e Carmelitas. A ordem Franciscana só viria a se

estabelecer após a fase das guerras com a Holanda, em 1645. As edificações eclesiásticas, assim como aquelas voltadas para a administração da Capital, passam a comandar o desenho urbano. Estas convergiam os principais eixos urbanos, cujo traçado respeitava a topografia ao se adaptar às condições encontradas. A cidade composta de uma sociedade profundamente religiosa se assentou num casario modesto, expressando a importância da vida em comunidade.

De acordo com os princípios da Lei IX das Ordenações Filipinas (métodos de construção arquitetônica dos centros urbanos da Coroa ibérica), que introduziu as medidas mínimas de 60 X 90 metros na configuração de suas praças centrais e na manutenção dos estilos luso-hispânico das colônias conquistadas, são iniciadas as construções da Igreja de Nossa Senhora do Amparo (1690) e Igreja e Santa Casa de Misericórdia, a Igreja e Convento de Santa Cruz, também chamada Convento de São Francisco (1693). A construção da Igreja e Convento do Carmo (1699), cujo largo conectado ao da Igreja Matriz e à Praça São Francisco, definiram o tecido urbano do centro histórico.

Neste sentido, as praças e os eixos principais da cidade foram definidos por espaços amplos e abertos conectados por ruas de pequena extensão, fato que reproduz o espírito das composições europeias das cidades medievais (Figura 1).

Figura 1 – São Cristóvão – Perímetro urbano do centro histórico



Fonte: Elaboração Própria (2019).

Esses elementos significativos da composição urbana conservam-se claramente na paisagem, na medida em que a cidade se expande e seu núcleo histórico mantém a hierarquia nos espaços funcionais urbanos. No século XVIII, após o período das invasões e guerras contra o domínio holandês, a área urbana já reconstruída cresceu em relação à superfície urbanizada anterior, evidenciando o caráter religioso ibérico que marcou sua arquitetura.

Em 1746, os jesuítas iniciam a construção da Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, que abriu um novo eixo de crescimento, a partir do eixo principal. Constrói-se também o Palácio Provincial, que até 1855 funcionou como sede do governo estadual. Neste ínterim, São Cristóvão é vista como um dos centros urbanos de importância significativa, destacando-se por suas funções econômicas, sociais e culturais, excepcional no contexto da Província.

A partir de 1855, com a mudança da capital para Aracaju, há um esvaziamento da cidade, pois muitos moradores foram transferidos para a nova cidade e muitos edifícios foram depredados pela ociosidade administrativa e ausência de moradores (GALVÃO JÚNIOR, 2007).

Figura 2 – Igreja Matriz Nossa Senhora da Vitória

Foto: Arquivo particular (2018).

Em 1938, o conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico de São Cristóvão foi tombado pelo Governo do Estado de Sergipe através do Decreto Estadual n. 94. Dentre eles destacamos a Igreja de São Francisco e de Santa Cruz da Ordem Franciscana, a Igreja do Rosário e a Matriz de Nossa Senhora da Vitória (Figura 2). Em 1967, o conjunto arquitetônico foi tombado como patrimônio nacional pelo Instituto

do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). No entanto, é importante ressaltar que, nos dois tombamentos, não havia definição de limite. Somente com a ratificação do seu tombamento federal, no ano de 2010, ficaram definidos os limites de tombamento e do seu entorno.

As edificações históricas religiosas de matriz católica se constituem nos monumentos que mais se destacam na paisagem. Essa profusão de signos do barroco português traduz os traços marcantes de seu patrimônio cultural, que foi ratificado com a elevação, em 2010, da Praça São Francisco à categoria de Patrimônio Mundial da Humanidade pela UNESCO, quando o conjunto arquitetônico da Praça e do Convento de São Francisco foi reconhecido como um dos mais expressivos remanescentes dentre os que foram edificados pela Ordem Franciscana e pelas Irmandades consorciadas na Colônia portuguesa do Brasil (Figura 3).

Figura 3 – Praça São Francisco

Fonte: IPHAN (2015).

Através do programa Monumenta,[2] o IPHAN vem desde 2003 atuando em diversas frentes no sentido de restaurar, financiar e requalificar os edifícios na zona de tombamento do sítio histórico de São Cristóvão. O programa liberou recursos para os proprietários dos imóveis localizados no centro histórico, com o objetivo de garantir o reestabelecimento destas propriedades e promover a inclusão cultural, social e econômica da população local. Vale ressaltar que nem todos os proprietários aderiram ao programa e, devido a este fato, muitos edifícios ainda encontram-se deteriorados.

O município de São Cristóvão integra a Região da Grande Aracaju, onde se intensificam profundas transformações a partir de metas governamentais e de

[2] Programa elaborado e desenvolvido pelo Ministério da Cultura do Brasil com apoio técnico da UNESCO e patrocinado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento.

iniciativas do capital privado associadas à industrialização, exploração de recursos minerais, ampliação e diversificação do setor imobiliário e investimentos em setores de atividades na área do turismo (SANTOS, 2017). No contexto da região metropolitana e do Estado de Sergipe, São Cristóvão se destaca como uma cidade histórica de grande importância. Porém, apesar dos incentivos e investimentos para o setor turístico, detectamos, através da técnica de observação, que as atuais condições de manutenção da infraestrutura básica e turística ou, até mesmo, a inexistência de serviços que favoreçam o desenvolvimento do turismo, está gerando a depreciação da imagem turística da cidade, dificultando sua inserção no circuito nacional de cidades históricas.

Apesar do contexto sinalizado acima, podemos afirmar também que a cidade de São Cristóvão apresenta aspectos que favorecem a prática do turismo cultural. São Cristóvão é a quarta cidade mais antiga do Brasil e, conforme já abordamos anteriormente, apresenta um centro histórico com importante acervo colonial e barroco marcados nas suas edificações, ademais de preservar suas tradições, como as manifestações folclóricas, peregrinações e festas religiosas (Figura 4).

Figura 4 – Casario do Centro Histórico de São Cristóvão

Foto: Arquivo particular (2019).

Por outro lado, através do patrimônio, cidades e turismo estão unidos; porém, o uso errôneo do legado patrimonial, ou seja, a falta de uma verdadeira política cultural pode desqualificar o produto turístico (HALL, 1997). Com isso, afirmamos que a existência de um valioso patrimônio em si mesmo não consolida um destino turístico. De fato, São Cristóvão precisa ser capaz de aproveitar as funcionalidades – cultural e turística –, através de ações e estratégias pautadas nos processos de planejamento e gestão, a fim de se converter em um destino turístico-cultural consolidado no cenário brasileiro.

4 Planejamento do turismo em cidades históricas: São Cristóvão em questão

A partir do século XVIII, as cidades se tornaram objetivo dos viajantes que buscavam explicações paras as inquietações intelectuais. Apesar de este tipo de turismo retratado acima estar mais direcionado ao segmento de "sol e praia", quando na Europa houve a consolidação do cinturão mediterrâneo (Espanha, França, Grécia, etc.) e no Brasil destacaram-se os litorais do Rio de Janeiro e São Paulo, as consequências econômicas e sociais se refletem na cidade como um todo. De fato, o turismo consome a cidade, a partir de todos os seus componentes e, concomitantemente, os efeitos ou impactos também se refletem na cidade e no urbano, porém de forma heterogênea. Essa relação complexa é inerente à cidade enquanto produto turístico, uma vez que, a partir do momento em que a cidade adota uma nova função – turística –, assume um risco para o equilíbrio funcional. Santos (2014b, p. 452) menciona que "o turismo e a cidade são duas âncoras, simultaneamente funcionais e simbólicas, que permitem recriar incessantemente imagens e representações, expressas em relações de atuação interescalar (do local ao global)".

A partir do século XX, sobretudo no período pós-guerra, percebemos o crescimento e a consolidação do turismo de massa, o que faz com que se acentue a relação entre cidade e turismo. Bertoncello (2010) assinala que o turismo de massa apresenta características bem intrínsecas, como, por exemplo, a oferta de produtos estandardizados, destinos massificados, grande volume de turistas e baixo custo, a partir da economia de escala. Na atualidade, podemos observar que as mais distintas formas de turismo se materializam na cidade, uma vez que a maior expressão da prática turística se consolida no espaço urbano, como aponta Henriques (2003, p. 52), ao afirmar que "a cidade, devido à multiplicidade de dinâmicas em interacção, compatibiliza-se com o avolumar de elementos de arte, de criação artística, de património e de vivências que contribuem para que o turismo de vertente cultural encontre nela [a cidade] um alvo privilegiado".

De fato, o maior número de equipamentos culturais se concentra nas cidades, o que propicia a utilização destes equipamentos (museus, galerias, teatros, monumentos, etc.) para a prática da atividade turística. No entanto, devemos ressaltar que não é somente este fator que favorece o desenvolvimento da prática turística nas cidades. O turista enquanto um consumidor de bens e serviços favorece os processos de produção e consumo do espaço turístico, uma vez que dinamiza diversos setores de atividade, através da introdução de novas estratégias de consumo e uso do solo devido

à perspicácia, sofisticação e exigência em termos de autenticidade e qualidade de serviços (JOHNS; HOSEASON, 2004).

O turista contemporâneo já não busca somente as amenidades naturais "sol e mar", mas sim destinos que possam oferecer um conjunto de atividades que favoreçam a viagem ou a experiência turística. Dentro destes novos produtos turísticos, podemos citar as cidades históricas, uma vez que os turistas atuais têm buscado se aprofundar na cultura do outro, conhecer o patrimônio a partir de vários aspectos, que se estendem desde a monumentalidade aos aspectos históricos. Assim, podemos afirmar que o turismo em cidades históricas tem apresentado uma afluência de visitantes em todo o mundo.

Ashworth (2005), ao analisar a relação entre turismo e cidades históricas, ressalta a importância de três agentes que atuam no processo de apropriação do espaço turístico, são eles: a indústria turística[3] (iniciativa privada), os gestores culturais e o setor público (governos locais). Segundo o autor, estes agentes atuam de maneira distinta, porém tentam alcançar os mesmos objetivos. A iniciativa privada está sempre atenta às mudanças do mercado e aposta na criação de novos produtos; os gestores culturais, através do turismo, obtêm uma fonte complementar de renda e, finalmente, o setor público nas diferentes esferas busca a renovação física e funcional de algumas áreas específicas para a prática da atividade turística.

Partindo desse princípio, destacamos que é de fundamental importância que a vontade de estabelecer a relação entre cidade histórica e turismo seja simultânea entre os três agentes supracitados e que haja uma adequação da atividade turística com as necessidades dos turistas e da população local. No entanto, "a população, em sua maioria, desconhece o valor de seus bens e ainda não compreende as possibilidades que o turismo oferece" (SIMÃO, 2006, p. 68), o que reforça a necessidade de se pensar não somente na rentabilidade econômica, mas, sobretudo, no desenvolvimento social, visando a melhorias da comunidade local associadas ao bem-estar do turista.

A inexistência do planejamento turístico pode gerar diversos prejuízos para as localidades. Algumas consequências de desenvolvimento turístico não planejado são visíveis em várias destinações turísticas mais populares do mundo, como já mencionamos anteriormente, principalmente no que diz respeito aos impactos negativos gerados pela atividade. É certo que existem exemplos de destinos que se consolidaram sem o planejamento prévio, porém, atualmente, há uma exigência da própria competitividade do turismo, em que se faz necessária a integração, o planejamento e o desenvolvimento, com a finalidade de que os destinos turísticos se

[3] Nomenclatura utilizada pelo autor.

tornem sustentáveis. De fato, muitos gestores públicos definem a atividade turística como estratégia ou vetor de desenvolvimento, mas não se preocupam com a elaboração do planejamento prévio.

Assim, o planejamento é uma ferramenta de suma importância para orientar o desenvolvimento da atividade turística local, a partir da perspectiva da elaboração de planos, a exemplo dos Planos Municipais de Turismo e dos Planos Estratégicos para destinações turísticas que possibilitarão o encaminhamento das ações e estratégias direcionadas ao desenvolvimento local. Segundo Santos, Santos e Campos (2012), os planos se configuram como instrumentos amplos que apresentam diretrizes gerais para o desenvolvimento da atividade, estabelecendo métodos, áreas e setores priorizados para a elaboração, execução e avaliação da política de turismo. Este instrumento se constitui numa ação prioritária para compreender alguns fatores que são inerentes ao turismo: a dotação de recursos existentes no destino; a existência e possibilidades de desenvolvimento de produtos atrativos e competitivos; a possibilidade de atuação da iniciativa privada; o papel dos agentes endógenos, entre outros.

O planejamento turístico em cidades históricas ainda é um processo mais complexo, tendo em vista que seus centros históricos são espaços que geralmente são apropriados para/pelo turismo, porém não podemos deixar de considerar que são espaços multifuncionais resultantes dos processos espaciais inerentes à produção do urbano. Assim sendo, encontramos nos centros históricos cenários e atividades simbólicas emblemáticas que configuram a economia, a cultura, a religiosidade e as heranças arquitetônicas e paisagísticas. Com isso, os ritmos sociais expressados no centro histórico são (re)produzidos ao mesmo tempo para o residente e para o turista (SANTOS, 2017).

Desta forma, ressaltamos que os centros históricos apresentam uma dinâmica urbana complexa e simbólica. Por isso, se a atividade turística se desenvolve desordenadamente, pode gerar transtornos para as comunidades receptoras, sobretudo, problemas culturais e sociais. De fato, os centros históricos devem ser analisados como parte importante da memória urbana. Portanto, deve-se perceber também que se trata de uma realidade viva que forma parte do sistema urbano (FERRER REGALES, 2002).

O patrimônio cultural se converte em recurso importante na configuração do espaço turístico, porque pode ser entendido como um forte aliado ao desenvolvimento econômico, na criação de empregos e na coesão social de uma localidade. No entanto, conforme as ideias de Troitiño (2004), o patrimônio como potencialidade e/ou atrativo turístico somente pode ser considerado como estratégia

de desenvolvimento turístico, a partir do momento em que a localidade apresenta adequados instrumentos de cooperação e gestão, que permitam resolver problemas inerentes ao processo de turistificação dos bens patrimoniais.

Partindo-se desse pressuposto, ressaltamos a importância de se pensar a prática turística da cidade de São Cristóvão, tendo em vista que seu patrimônio histórico e cultural tem despontado como alternativa e estratégia viável e capaz de articular novos segmentos para o turismo no Estado de Sergipe. No entanto, percebemos uma carência generalizada de conhecimento acerca do planejamento e da gestão turística, uma vez que os gestores locais pensam a atividade turística somente como fonte de captação de recursos, sem considerar o papel inerente ao gestor público, ou seja, a elaboração de estratégias e ações para o planejamento e gestão do território. A partir da entrevista[4] com gestores do turismo de São Cristóvão, percebe-se a dificuldade em compatibilizar ações que possam ser pactuadas pelos distintos agentes promotores do turismo local, devido à inexistência, até o ano de 2018, de uma instância de governança que atuasse como um *locus* de discussão e de articulação, e também de um plano municipal de turismo para nortear as diretrizes da prática turística local. Ali *et al.* (2017) afirmam que através de uma instância de governança, torna-se possível desenvolver estratégias de desenvolvimento do turismo, que sejam definidas e alinhadas entre os agentes que compõem a atividade turística, tendo em vista que "todo planejamento implica mudança, desenvolvimento de novas perspectivas e atitudes, resultando em um processo gradativo de aprendizagem por parte dos envolvidos" (BRUSADIN, 2005, p. 91).

Torna-se importante ressaltar que, no ano de 2009, o município teve seu Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano aprovado e, no capítulo III deste instrumento, encontram-se dispostas as normativas referentes à política municipal de turismo, que têm como objetivo "fomentar o desenvolvimento da atividade turística" (Lei n. 44/2009). Este documento, em seu art. 13, dispõe as diretrizes da Política Municipal de Turismo que, em seu item VIII, informa a necessidade de "elaborar o Plano de Turismo Sustentável de São Cristóvão, com ações específicas, com prazos e metas estabelecidos em Lei para o cumprimento das diretrizes da Política Municipal de Turismo" (Lei n. 44/2009).

Assim sendo, apesar de desde 2009 estar disposta no Plano Diretor a diretriz para a elaboração do Plano de Turismo Sustentável de São Cristóvão, apenas em 2018 esta ação foi realizada. Este cenário se modificou justamente no momento em que há uma reformulação no Programa de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur). Este programa, implantando em meados da década de 1990, teve como finalidade "el

[4] Entrevistas realizadas com gestores municipais em 2018 e primeiro semestre de 2019.

desarrollo de una infraestructura de apoyo al turismo, particularizando acciones que mantengan y expandan la actividad turística, así como estimulando la participación de la iniciativa privada, con la consiguiente generación de ocupación productiva y de renta" (SANTOS, 2017, p. 120). O programa se configura como um importante fomentador do desenvolvimento do turismo da Região Nordeste brasileira. Em Sergipe, o Prodetur/NE contemplou, em sua primeira fase, nove municípios com investimentos de aproximadamente US$ 67 milhões de dólares (SANTOS, 2017). No caso da cidade de São Cristóvão, a partir dos recursos do Prodetur/NE, foi realizada a revitalização da antiga fábrica de tecidos localizada na cidade baixa e transformada em mercado de artesanato (que não mais existe com esse objetivo).

No ano de 2018, este programa passou por uma reformulação e foi intitulado Prodetur + Turismo, que tem como objetivo identificar e qualificar "as ações priorizadas, como indutoras do desenvolvimento do turismo nacional, estruturando destinos e fortalecendo produtos e equipamentos turísticos, sendo gerador de mais empregos, mais renda e mais inclusão social, de forma sustentável" (MTUR, 2019).[5]

Com a implantação dessa nova versão do Prodetur + Turismo, muitos destinos tiveram que instalar suas instâncias de governança e elaborar o Plano Municipal de Turismo, uma vez que somente poderão pleitear recursos nesse programa, os destinos turísticos que cumprem os seguintes pré-requisitos:

a) compor o Mapa do Turismo brasileiro;[6]
b) possuir um Conselho ou Fórum Municipal de Turismo;
c) participar da Instância de Governança Regional da região turística da qual faz parte, caso já esteja instituída;
d) possuir ou estar elaborando Plano de Desenvolvimento, Plano Diretor (com referências), estudo ou Planejamento Estratégico para o Setor Turismo;
e) estar alinhado com os eixos de atuação e as propostas de ações do Programa.[7]

Dentro desse contexto, o cenário do planejamento e da gestão do turismo de São Cristóvão recebe novos direcionamentos, uma vez que o município já integra o mapa turístico brasileiro e, neste mesmo ano, a Prefeitura Municipal de São Cristóvão

[5] Informação disponível em: http://www.prodetur.turismo.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=127&Itemid=304. Acesso em: 7 jun. 2019.

[6] O Mapa do Turismo brasileiro é o instrumento instituído no âmbito do Programa de Regionalização do Turismo que orienta a atuação do Ministério do Turismo no desenvolvimento das políticas públicas. Os municípios inseridos neste mapa têm prioridade de ações no Ministério.

[7] Informação disponível em: http://www.prodetur.turismo.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=127&Itemid=304. Acesso em: 7 jun. 2019.

promulgou leis para atender aos requisitos supracitados, a exemplo das Leis n. 353, de 10 de setembro de 2018, e n. 371, de 30 de novembro de 2018. A primeira lei citada dispõe sobre a política pública municipal, institui o fundo de turismo municipal e o conselho municipal de turismo, além de definir as atribuições do governo municipal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico. Já a segunda lei institui o plano municipal de turismo. Assim, o município de São Cristóvão passa a ser o primeiro município a receber o selo + Turismo, que garante prioridade na análise de projetos no programa Prodetur +Turismo.

Com isso, percebemos que o município de São Cristóvão, apesar de a sede municipal ser considerada a 4ª cidade mais antiga do Brasil e ter em seu espaço uma praça com o título de patrimônio mundial, ainda não possuía instrumentos normativos para o planejamento e a gestão do turismo. Associadas a esse contexto, detectamos fragilidades no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Municipal, instrumento que se encontra em fase de revisão, no que tange à orientação do planejamento municipal para a implantação de políticas de desenvolvimento e ordenamento territorial, tendo em vista que existe um direcionamento para o desenvolvimento do turismo cultural, mas não apresenta diretrizes que visem à apropriação do patrimônio pelo/para o turismo de forma responsável e sustentável. De fato, é fundamental garantir a articulação entre a gestão e as condições de integridade e autenticidade do patrimônio cultural, a fim de que sejam criadas formas de governabilidade convergentes à conservação dos bens patrimoniais e ao seu uso turístico.

Assim, é certo afirmar que, no contexto de São Cristóvão, há a necessidade de um planejamento e gestão do turismo de forma mais eficaz, considerando as possibilidades inovadoras e criativas que o patrimônio pode exercer, a partir de sua revalorização e articulação com a capacidade geradora de bens e serviços de sua população. O centro histórico da cidade acaba sendo somente um espaço receptor de turistas associado às demais funções que são inerentes a um centro urbano: residenciais, comerciais, educativas, culturais, administrativas, entre outras. De fato, o centro histórico apresenta uma multifuncionalidade que necessita de planejamento, para que não haja desequilíbrios, ou seja, que uma função não seja executada em detrimento de outra. Desta forma, torna-se necessária a operacionalização de um plano estratégico e de gestão do centro histórico, para que este seja capaz de compatibilizar suas próprias funções urbanas com a função turística.

Na atual conjuntura do turismo de São Cristóvão, mesmo após a existência de um documento formal, detectamos, através das entrevistas, uma desarticulação no âmbito da gestão do turismo municipal. A Praça São Francisco, principal atrativo da cidade, tem seu espaço sendo minimizado, no que diz respeito às suas singularidades

físicas, funcional e, sobretudo, simbólicas, no tocante à representatividade, considerando-se as suas especificidades enquanto um bem público universal. Assim sendo, o uso da Praça São Francisco, enquanto Patrimônio da Humanidade, precisa ser planejado e estruturado, a partir da importância da sua história e da cultura. Conforme abordamos no item 2 deste artigo, o patrimônio cultural enfrenta inúmeros desafios no contexto político-econômico dominante no século XXI, dentre eles destacamos que o turismo cultural pode atuar extrapolando a visão meramente econômica, mas sim no resgate ou na (re)construção e (re)valorização das identidades locais. Assim, a definição de estratégias qualitativas, pactuadas entre os agentes produtores do turismo de São Cristóvão, deve buscar o caminho da sustentabilidade cultural e também turística.

Diante do exposto, percebemos que os problemas detectados em São Cristóvão são resultantes de ações ou, até mesmo, da falta delas nos âmbitos político-técnicos, uma vez que ainda há necessidade de articulação dos instrumentos urbanísticos de planejamento vinculados à efetiva participação e controle da instância de governança local (conselho municipal de turismo) para garantir a eficácia da atividade.

5 E para não concluir ... Desafios para o planejamento turístico de São Cristóvão

Converter uma cidade histórica em um produto turístico requer uma sincronia entre os processos gerais de planejamento urbanístico, turístico e cultural e a prática de ferramentas de gestão que coadunem com os objetivos de superar o direcionamento meramente econômico, no sentido de ampliar e potencializar os diversos saberes locais, capitalizando social e culturalmente as conexões internas entre os residentes e os produtores culturais envolvidos nos processos de apropriação/gestão das demandas turísticas, que possam contribuir para a formação de uma rede de negócios baseados nas experiências histórico-culturais e ambientais.

Neste sentido, de acordo com os capítulos II e III do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do município de São Cristóvão (PDDU – Lei n. 44/2009), no que se refere às diretrizes estratégicas de desenvolvimento municipal, a valorização do patrimônio cultural e a política de turismo têm como objetivo orientar a vocação da cidade como destino central de turismo histórico e cultural do Polo Costa dos Coqueirais do Estado de Sergipe. Essa diretriz enseja, além das características históricas, aspectos naturais relacionados aos desafios de sua localização metropolitana, localizada a apenas 18 km da capital Aracaju, como fatores que precisam ser ponderados, tanto no que diz respeito aos processos de intensificação da oferta de meios de hospedagem e gastronomia no destino – escassos na localidade –,

quanto à fluidez das demandas dos turistas, que não ampliam a permanência na cidade.

Este entrave, à luz do planejamento e da gestão, nos remete a perspectivas básicas necessárias que devem ser adotadas pelos gestores municipais, no sentido de gerar informações que viabilizem a definição de ações e estratégias para promover o desenvolvimento da atividade turística local, como uma atividade agregadora e receptiva, tendo em vista a salvaguarda de seu patrimônio contido no centro histórico, seja como monumento nacional, seja como patrimônio mundial da humanidade, que por sua singularidade deve influenciar na decisão do turista de buscá-lo como destino turístico.

Consonante ao que já foi exposto neste artigo, complementamos a inexistência de pesquisas de demandas sazonais, assim como a falta de difusão e aplicabilidade do plano municipal de turismo como impedimentos para a ativação de processos de requalificação e revitalização tanto do espaço considerado histórico, monumental e paisagístico, como também na busca de promover a atuação dos demais agentes privados do turismo enquanto produtores e organizadores do espaço urbano e turístico, que se constituem nos elementos fundamentais na composição da oferta do destino.

Ademais, a inexistência de um plano de gestão da Praça São Francisco, enquanto patrimônio da humanidade, não garante a salvaguarda do patrimônio e sequer gera possibilidades de inserção de São Cristóvão no cenário turístico nacional e, até mesmo, internacional, uma vez que os destinos patrimoniais não sobrevivem e motivam os turistas potenciais apenas por disporem de um atrativo cultural ou de um conjunto patrimonial, mas por apresentarem efetivas ações que vão desde a promoção pública aos investimentos privados perpassando pela transmissão de seus conteúdos e signos para os visitantes, assim como para os residentes. Estes últimos, no caso da cidade de São Cristóvão, merecem atenção especial, pois são agentes produtores fundamentais e precisam despertar para as potencialidades turísticas da cidade e, sobretudo, acerca da importância do seu patrimônio.

Assim, esta pesquisa visou a sinalizar caminhos viáveis para o turismo de São Cristóvão, enfocando também a existência da Praça São Francisco, no sentido de evidenciar os desafios para a concretização de um planejamento turístico adequado que vislumbre, primordialmente, a preservação dos bens históricos e, especificamente, da própria praça referenciada, pois, apesar de disseminadas em diversos estudos, as técnicas de planejamento e gestão do bem patrimonial, quando associadas às expectativas das apropriações (socioeconômicas), através da atividade turística, têm sido amplamente negligenciadas pelo Poder Público local. Somente desta forma e

superada esta etapa inicial é que se torna possível pensar numa perspectiva criativa que venha requalificar e promover refuncionalizações que sejam capazes de ampliar o valor simbólico do patrimônio na cidade pela atividade turística.

Neste sentido, o município necessita oferecer infraestrutura para o desenvolvimento de atividades de cultura, turismo e entretenimento, como fontes geradoras de trabalho, renda e qualidade de vida para a comunidade, tendo em vista a articulação dos segmentos do turismo, como: histórico-cultural, religioso, rural, ecológico e de eventos. Esta articulação poderá se transformar numa nova realidade, a partir da criação de novos produtos turísticos, a exemplo de roteiros turísticos, que visem a integrar atrativos que se encontram dispersos na cidade. Assim sendo, esses roteiros podem atuar como um produto complementar à visitação da Praça São Francisco.

Estas ações devem estar atreladas a uma política de capacitação e qualificação profissional permanente, que incentive o empreendedorismo, principalmente nos setores de A&B (Alimentos e Bebidas), meios de hospedagem, produção de artesanato e comércio, tendo em vista que estes são serviços essenciais à prática turística e merecem uma atenção especial no âmbito da cidade de São Cristóvão. Ressaltamos também a implantação de um plano de *marketing* específico e a cooperação com rede de agências e operadoras do turismo, tendo em vista que se configuram como as bases para o alcance de melhores níveis de satisfação da gestão cultural e do turismo.

Portanto, faz-se mister que sejam engendradas discussões pautadas e balizadas por métodos e técnicas que possam suprir as demandas antigas ainda não superadas e que os desafios que estão emergindo no horizonte aos planejadores e gestores públicos e privados sejam baseados na capacidade criativa e na interação entre elementos-chave do patrimônio e as complementariedades que garantam as condições de gerar retornos positivos para a comunidade local e que atendam às especificidades existentes na localidade, sobretudo, quando da inter-relação estabelecida entre os monumentos histórico-culturais com a atividade turística e os processos de turistificação de forma inclusiva e responsável.

Referências

ALI, F. *et al.* Stakeholders' perceptions & attitudes towards tourism development in a mature destination. **Tourism***,* v. 65, n. 2, p. 173-186, 2017.

ASHWORTH, G. Managing the cultural tourist. *In*: ASWORTH, G.; DIETVORST, A. **Tourism and spacial transformations. Implications for Policy and Planning**. UK, Cab International, 2005.

BAUMAN, Z. **A cultura no mundo líquido moderno.** Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

BERTONCELLO, R. Turismo y patrimonio, entre la cultura y el negocio. *In:* PAES, M. T. D.; OLIVEIRA, M. R. S. **Geografia, turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Annablume, 2010. p. 33-54.

BOURDIEU, P. **A economica das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BRUSADIN, L. B. Estudo da avaliação do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso. **Hospitalidade**, n. 2, p. 87-111, 2005.

COUGO, M. Paisagem e imagem urbana – a percepção local da degradação do entorno do centro histórico de Ouro Preto/MG. *In*: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL – SEMINTUR, 4., 2006, Ouro Preto. **Anais** [...]. Disponível em: https://www.ucs.br/ucs/tplSemMenus/eventos/seminarios_semintur/semin_tur_4/arquivos_4_seminario/GT04-7.pdf. Acesso em: 16 jun. 2019.

DIAS, R. **Turismo e patrimônio cultural:** recursos que acompanham o crescimento das cidades. São Paulo: Saraiva, 2006.

FERRER REGALES, A. La integración de los cascos antiguos en la ciudad y la región. *In*: **Actas del I Congreso de Centros Históricos de la Comunidad Valenciana: Historia, patrimonio y arte.** Archival. Valencia, 2002. p. 23-36.

FORTUNA, C. Fluxos turísticos no Centro Histórico de Coimbra. **Relatório de Investigação**, Coimbra: CES, 2009.

GALVÃO JÚNIOR, J. L. Análise da evolução morfológica do espaço urbano. *In*: **DOSSIÊ Proposição de inscrição da Praça São Francisco em São Cristóvão/SE na lista do patrimônio mundial***.* Aracaju, Secretaria do Estado da Infraestrutura, IPHAN, Prefeitura Municipal de São Cristóvão, 2007. p. 1-21, CD-ROM.

HALL, C. The politics of heritage tourism: place, power and the representation of values in the urban context. *In*: MURPHY, P**. Quality management in urban tourism** Jonh Wiley & Sons Publishers, 1997. p. 91-102.

HENRIQUES, C. **Turismo, cidade e cultura.** Lisboa: Edições Sílabo, 2003.

JOHNS, N.; HOSEASON, J. Quais os caminhos para atrações de visitação a patrimônio?. *In*: DRUMMOND, S.; YEOMAN, I. **Questões de qualidade nas atrações de visitação a patrimônio**. São Paulo: Roca, 2004. p. 215-234.

LEITE, R.P. Patrimônio e consumo cultural em cidades enobrecidas. **Revista Sociedade e Cultura**, v. 8, n. 2, p. 79-89, 2005.

MICHEL, M. H. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MTUR. Ministério do Turismo. **O que é preciso para participar?.** Disponível em: http://www.prodetur.turismo.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=127&Itemid=304. Acesso em: 7 jun. 2019.

ORTIZ, R. **Mundialização e cultura.** São Paulo: Brasiliense, 1994.

PITTA, S.R. **Historia da América Portuguesa**. Oficina de Joseph Antonio da Sylva, Impressor da Academia Real, Lisboa Ocidental, 751. 1730.

SANTOS, C. A. J. **El turismo como factor de desarrollo**: el caso de Sergipe. 2017. Tese (Doutorado em Geografía, Planificación Territorial y Gestión Ambiental) – Departamento de Geografia Humana, Universitat de Barcelona, 2017.

SANTOS, L. L. G.; CAMPOS, A. C.; SANTOS, C. A. J. Regionalização do turismo no Brasil e a descentralização do turismo no estado de Sergipe: o caso do roteiro cidades históricas. *In*: **Actas del XII Coloquio Internacional de Geocrítica. Independencias y construcción de estados nacionales: poder, territorialización y socialización, siglos XIX-XX***,* Bogotá, 2012. Disponível em: http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/07-L-Gomes.pdf. Acesso em: 18 maio 2019.

SANTOS, N. Turismo, gestão e território. **Caderno Virtual de Turismo***,* Edição Especial, Hospitalidade e políticas públicas de turismo, Rio de Janeiro, v. 14, supl.1, 66-86, 2014a.

SANTOS, N. Turismo e cidades: conhecer o turista para valorizar a oferta do turismo cultural urbano. *In:* CUNHA, L.; JACINTO, R. **Paisagens e dinâmicas territoriais em Portugal e no Brasil:** as novas geografias dos países de Língua Portuguesa. Lisboa: Âncora Editora, 2014b. p. 451-477.

SEVERINO, A.J. **Metodologia do trabalho científico***.* 22. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2002.

SIMÃO, M. C. R. **Preservação do patrimônio cultural em cidades.** Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

TROITIÑO VINUESA, M. A. Centros históricos y turismo: desafíos de interpretación y estrategias de actuación. *In:* ÁLVAREZ ALONSO, A. **Turismo y territorio en la sociedad globalizada***.* La Laguna, 2004.

TROITIÑO VINUESA, M. A. Turismo, patrimonio y recuperación urbana: retos de interpretación y gestión. *In:* TROITIÑO VINUESA, M. A. **Ciudades patrimonio de la humanidad**: patrimonio, turismo y recuperación urbana. Sevilla: Universidad Internacional de Andalucía, 2008. p. 20-41.